

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI****GERÊNCIA DE COMPRAS - SEDUC-PI**

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, <http://www.seduc.pi.gov.br>

Processo nº 00011.068733/2024-06

Teresina-PI, 12 de dezembro de 2024

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 00011.068733/2024-06

**1. OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de serviços **de abastecimento** com disponibilização de recursos de tecnologia da informação, **visando o fornecimento de combustíveis e lubrificantes** a fim de garantir a continuidade operacional da frota de veículos da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste TR e seus anexos.

1.2. O estudo de demanda está incluído no Plano Anual de Contratações PAC 2024 da SEDUC.

1.3. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência da dispensa de licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura ou até a finalização de procedimento licitatório a ser instaurado pela Secretaria de Administração Estadual, o que vier primeiro, nos termos do art. 75, § 6º da Lei 14.133/2021.

1.4. O custo da contratação estima-se no valor total de **R\$ 5.247.788,32 (cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil setecentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos)**.

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL****2.1. Legislação Federal/Nacional:**

I - Lei nº 14.133/2021 que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

II - Lei Complementar nº 123/2006 que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; III - Lei nº 8.078/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

III - Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

**2.2. Legislação do Estado do Piauí:**

I - Decreto Estadual 21.872/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021, no âmbito do poder Executivo Estadual.

**3. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

3.1. Contratação de serviços de **abastecimento** com disponibilização de recursos de tecnologia da informação, **visando o fornecimento de combustíveis e lubrificantes** a fim de garantir a continuidade operacional da frota de veículos da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3.2. TABELA 06 - QUANTITATIVO SOLICITADO PARA SUPRIR A DEMANDA ATUAL:

TABELA 06 - QUANTITATIVO SOLICITADO PARA SUPRIR A DEMANDA ATUAL			
ITEM/ORDEM	DETALHAMENTO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	<p><b>SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS:</b></p> <p><b>Gasolina Comum</b> (Límpido e Isento de Impurezas): Líquido volátil e inflamável de cor amarela clara; Composto principalmente por hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos; Isento de água, sedimentos e outras impurezas que possam prejudicar o funcionamento do motor; Deve atender às especificações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural Biocombustíveis (ANP).</p> <p><b>Gasolina Aditivada:</b> Gasolina comum com adição de compostos químicos que melhoram o desempenho do motor e protegem o sistema de combustível. Aditivos podem incluir detergentes, antioxidantes, antidetonantes e modificadores de fricção. Proporciona maior octanagem, menor consumo de combustível e redução de emissões poluentes. As especificações dos aditivos devem ser definidas no edital do pregão.</p> <p><b>Óleo Diesel Comum:</b> Líquido oleoso de cor amarela escura a marrom; Composto principalmente por hidrocarbonetos parafínicos e naftênicos; Utilizado em motores a diesel de grande porte, como caminhões e máquinas agrícolas; Deve atender às especificações da ANP quanto ao teor de enxofre, cetano e outras propriedades.</p> <p><b>Óleo Diesel S50:</b> Óleo diesel com teor de enxofre máximo de 50 partes por milhão (ppm); Proporciona menor emissão de partículas sólidas em comparação ao óleo diesel comum; Utilizado em veículos comerciais e industriais que exigem menor impacto ambiental.</p> <p><b>Óleo Diesel S10:</b> Óleo diesel com teor de enxofre máximo de 10 mg/kg e adição de 8% de biodiesel; Oferece menor emissão de poluentes e maior biodegradabilidade; Adequado para veículos leves e pesados, contribuindo para a redução da poluição atmosférica.</p> <p><b>Aditivos</b></p> <p><b>ARLA 32</b> (Agente Redutor Líquido): Solução aquosa de ureia de alta pureza (32,5%). Utilizado em sistemas de redução catalítica seletiva (SCR) para converter óxidos de nitrogênio (NOx) em nitrogênio e água; Essencial para atender às normas de emissões de veículos a diesel; Deve atender às especificações da ISO 22241.</p> <p><b>Outros Aditivos:</b> Aditivos para melhorar a lubrificação: Reduzem o atrito e o desgaste das peças do motor; Aditivos para aumentar a octanagem: Melhoram o desempenho do motor em altas rotações; Aditivos para dispersar água: Evitam a</p>	UNIDADE	R\$ 5.247.788,32 (valor global do contrato)

TABELA 06 - QUANTITATIVO SOLICITADO PARA SUPRIR A DEMANDA ATUAL			
ITEM/ORDEN	DETALHAMENTO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	formação de água condensada no tanque de combustível, Aditivos para melhorar a fluidez a baixas temperaturas: Facilitam a partida do motor em condições climáticas frias.		
	<b>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%) ( PERCENTUAL MÁXIMO ESTIMADO PARA GERENCIAMENTO )</b>	<b>%</b>	<b>4,87%</b>

#### 4. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

4.1. A estimativa dos quantitativos foi realizada com base na necessidade de continuidade do serviço, levando em consideração, sobretudo, a ampliação das atividades em virtude do aumento da frota e das demandas operacionais crescentes da SEDUC-PI de acordo com o Estudo Técnico Preliminar ID 014871718.

#### 5. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. A justificativa para a contratação emergencial de uma empresa para fornecimento de combustíveis e lubrificantes à frota da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI) é motivada pela necessidade de garantir a continuidade das operações educacionais. O contrato atual não é mais suficiente para atender a demanda crescente, resultado da ampliação da frota e da intensificação das atividades, como programas educacionais estratégicos e fiscalização de escolas.

5.2. O saldo do contrato vigente atingiu seu limite máximo de aditamento, tornando impossível atender às necessidades operacionais da Secretaria. A falta de abastecimento comprometeria o transporte de equipes e materiais, essencial para a manutenção das atividades educacionais, especialmente em áreas rurais. Portanto, a contratação emergencial é crucial para evitar a interrupção dos serviços e garantir a execução dos programas educacionais, assegurando a mobilidade necessária para o funcionamento adequado da SEDUC-PI.

#### 6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) Nome; Endereço; CNPJ; Inscrição Estadual/Municipal.

b) Deverá ser organizada por lote, descrevendo todos os preços por item de acordo com o objeto devendo a negociação ocorrer por **maior desconta na taxa de administração**, e ratificação por item embora a contratação possa ser por lote ou por itens do lote a fim de atender e otimizar o empenhamento das despesas em atendimento a necessidade pontual da contratante.

c) Prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (NOVENTA) dias. A proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 90 (NOVENTA) dias.

e) O valor a ser cotado deve levar em consideração o (item 3), em moeda corrente nacional, algarismo e/ou por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro que deve ser assumido pelo potencial contratado ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, fretes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o objeto da licitação de acordo com detalhes no respectivo item 3 do TR.

g) As propostas deverão ser apresentadas contemplando os quantitativos fixados, conforme item 3 do TR, não sendo permitidas ofertas com quantitativo inferior.

h) O licitante deverá demonstrar na sua proposta, quantidade, e demais informações a fim de viabilizar as requisições demandadas respeitadas a forma e condições estabelecida no Termo de Referência.

i) ☐ preço cotado permanecerá fixo e irrevogável pelo período do contrato, exceto quando confirmado movimento justo para revisão ou atualização, na forma que determina a legislação.

## 7. DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

7.1. Não haverá parcelamento da solução. Eventual parcelamento poderia gerar aumento de preços por perda de escala e ensejaria dispêndio de tempo e recursos com contratações sucessivas ou eventuais.

## 8. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A legislação permite a contratação direta em casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada a urgência de atendimento de situações que possam ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos, ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou privados. Além disso, tal contratação direta deve se limitar estritamente ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e, conforme a Lei nº 14.133/2021, apenas para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de um ano, contado a partir da data de ocorrência da emergência ou calamidade, sendo vedadas a prorrogação dos contratos e a recontração de empresa já contratada com base nesse inciso.

8.2. Com a dispensa para contratações emergenciais, a Lei visa garantir o atendimento do interesse público, que poderia ser prejudicado pela demora do processo licitatório e seus trâmites burocráticos. A título de exemplo, é relevante mencionar a análise jurídica realizada pela Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, cuja conclusão do parecer tratou sobre contratações emergenciais.

EMENTA:

**I. A perfeita configuração da dispensa de licitação exige a comprovação da possibilidade concreta e efetiva de dano e a demonstração de que a contratação é o meio adequado para evitar sua ocorrência;**

**II. A contratação emergencial deve ocorrer em função da essencialidade do serviço ou bem que se pretende adquirir, pouco importando os motivos que tornam imperativa a imediata contratação;**

**III. Na análise de contratações emergenciais não se deve buscar a causa da emergência, mas os efeitos advindos de sua não realização;**

**IV. Em determinadas situações, a falta da contratação emergencial pode ensejar responsabilização dos agentes administrativos por sua desídia;**

**V. Além da caracterização da situação emergencial que justifique a dispensa, deve-se trazer elementos aos autos do processo que demonstrem a compatibilidade dos preços contratados com aqueles praticados pelo mercado, em atenção aos incisos dispostos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.**

**VI. Viabilidade jurídica de que a UNIVASF contrate diretamente, por dispensa de licitação, com arrimo no art. 75, VIII 24, da Lei nº 14.133/2021, os serviços técnicos de limpeza, conservação, desinfecção e arrumamento dos prédios, com disponibilidade de pessoal devidamente habilitado para os Campi de Juazeiro, Senhor do Bonfim/BA e Paulo Afonso/BA.**

(PARECER n. 00077/2023/GAB/PFUNIVASF/PGF/AGU NUP: 23402.010238/2023-11).

8.3. Diante do exposto, conclui-se que, para a efetivação de contratações emergenciais é fundamental a demonstração clara da urgência do serviço e do risco que sua ausência pode gerar à continuidade das atividades públicas. A legislação permite a dispensa de licitação nesses casos, não apenas para resguardar a eficiência e a segurança dos serviços públicos, mas também para evitar maiores prejuízos ao interesse coletivo. A inação ou demora na realização dessas contratações pode gerar a responsabilização dos agentes administrativos, o que reforça a necessidade de uma pronta e criteriosa resposta às demandas emergenciais. Em suma, o processo de contratação emergencial deve ser rigorosamente fundamentado, assegurando que os preços sejam compatíveis com o mercado e que os serviços contratados sejam essenciais para evitar danos iminentes.

## 9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

### 9.1. **Fornecimento e Controle**

A empresa contratada deverá fornecer combustíveis (gasolina, diesel, etanol) e lubrificantes, garantindo a quantidade e qualidade especificadas em contrato.

O abastecimento será realizado exclusivamente por meio de um sistema informatizado online, recursos de tecnologia da informação que permita o controle preciso e em tempo real das operações, acessível tanto para a contratada quanto para a contratante.

### 9.2. **Sistema Informatizado**

A contratada deverá disponibilizar um sistema informatizado de fácil acesso e uso, onde será possível:

- Registrar a identificação dos veículos e condutores autorizados.
- Registrar data, hora e localização do abastecimento.
- Emitir relatórios periódicos sobre o consumo por veículo, tipo de combustível, valores e demais dados relevantes para a gestão de consumo.

### 9.3. **Acesso ao Sistema**

A contratada deverá fornecer treinamento e suporte técnico aos funcionários da contratante para o uso do sistema, garantindo que todas as funcionalidades possam ser devidamente utilizadas. Além disso, o sistema deverá estar disponível 24/7, com suporte técnico em caso de falhas.

### 9.4. **Monitoramento e Controle de Qualidade**

A empresa deve monitorar constantemente a qualidade dos combustíveis fornecidos, atendendo às especificações técnicas e aos padrões de segurança estabelecidos pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Em caso de inconformidade, medidas corretivas deverão ser tomadas imediatamente.

### 9.5. **Responsabilidades da Contratada**

A contratada será responsável por manter o sistema em pleno funcionamento e atualizar os registros de consumo em tempo real. Além disso, deve atender a todas as exigências legais, tributárias e regulamentares aplicáveis ao fornecimento de combustíveis e lubrificantes, incluindo a prestação de informações e documentação necessárias.

### 9.6. **Fiscalização e Auditoria**

A contratante poderá realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade dos serviços prestados, além de acesso contínuo aos registros de abastecimento e relatórios emitidos pelo sistema informatizado. A contratada deverá disponibilizar as informações solicitadas e colaborar com a equipe de fiscalização da contratante.

### 9.7. **Relatórios e Indicadores de Desempenho**

A contratada deverá emitir relatórios mensais com informações sobre o consumo de combustíveis e lubrificantes, comparativos com meses anteriores, e outros indicadores de desempenho definidos pela contratante, visando facilitar a gestão e controle do consumo e dos custos.

## 10. **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

10.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

10.1.1. A execução do objeto inicializar-se-á após a assinatura do contrato.

10.1.2. A empresa contratada deverá disponibilizar recursos de tecnologia da informação para abastecimento e gerenciamento dos abastecimentos;

10.1.3. A Contratada deve empregar, na execução dos serviços, profissionais certificados, habilitados e treinados nos termos na legislação vigente, com todos os documentos regulares, de acordo com a natureza da atividade a ser executada;

10.1.3.1. O treinamento e administração de mão de obra não implicará em custos adicionais com a contratação.

10.2. As transações realizadas pela Contratante junto aos postos credenciados se darão por meio de cartões eletrônicos ou magnéticos fornecidos pela Contratada.

10.3. Os cartões eletrônicos ou magnéticos serão individuais para cada veículo, constando em sua impressão, no mínimo: identificação da Contratante e identificação do veículo (placa, marca e modelo);

10.4. O sistema informatizado deverá proporcionar o gerenciamento do abastecimento da frota, capturando instantaneamente transações de consumo realizadas na rede credenciada de postos de combustíveis;

10.5. A Contratada deverá cadastrar 02 (dois) representantes da Contratante no sistema informatizado com perfil de "Administrador do Sistema". Esses servidores serão os gestores (titular e substituto) do contrato;

10.6. Os administradores do sistema deverão ter permissão para operar e gerenciar procedimentos necessários à execução do objeto, notadamente, cadastrar veículos, cadastrar usuários /condutores, obter relatórios, incluir informações etc;

10.7. Para o cadastramento dos veículos, o sistema deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes campos: tipo do veículo, placa, marca, modelo, ano de fabricação, tipo de combustível, capacidade do tanque (em litros) e quilômetros rodados (marcação do hodômetro);

10.8. Para cadastramento dos usuários/condutores, o sistema deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes campos:

10.8.1. nome;

10.8.2. matrícula funcional;

10.8.3. setor e e-mail.

10.9. Para cada usuário/conductor cadastrado, o sistema deverá gerar uma senha particular utilizável nos abastecimentos e enviá-la para o respectivo e-mail cadastrado;

10.10. O sistema informatizado deverá estar parametrizado, pelo menos, com os seguintes parâmetros de controle e gerenciamento de despesas:

10.10.1. limite de crédito de despesas para cada veículo por transação;

10.10.2. limite de crédito de despesas mensal para cada veículo; e

10.10.3. limite de crédito de despesas mensal para a frota;

10.11. Os postos credenciados deverão estar equipados com aparelhos integrados ao sistema, em tempo real, que permita a verificação da identificação do veículo e a validação da senha do usuário, além de capturar as informações das despesas efetuadas;

10.12. Os aparelhos de registro da transação dos postos deverão emitir, independentemente da solicitação do usuário, comprovante de transação da despesa contendo, no mínimo, as seguintes informações:

10.12.1. identificação do posto (nome, CNPJ e endereço);

10.12.2. identificação do veículo (placa);

10.12.3. identificação do condutor (nome e matrícula);

10.12.4. marcação do hodômetro do veículo no momento da transação;

10.12.5. tipo de combustível do abastecimento;

10.12.6. quantidade de combustível do abastecimento; valor unitário e valor total do abastecimento; e

10.12.7. data e hora do abastecimento;

10.13. Em hipótese alguma o sistema poderá permitir o uso de um cartão de abastecimento em outro veículo diferente daquele previamente cadastrado;

- 10.14. O sistema deverá permitir o fornecimento de 01 (um) cartão não vinculado para a Administração, o qual permanecerá em poder do gestor do contrato, para atender veículos oriundos de outras unidades;
- 10.15. A critério da Administração e de acordo com a necessidade poderá ser solicitado à contratada novos cartões não vinculados, não recaindo sobre essa solicitação qualquer ônus para a Administração;
- 10.16. Durante a execução do contrato, a Administração poderá incluir ou excluir veículos conforme sua necessidade e conveniência;
- 10.17. Por solicitação do Gestor do Contrato, a Contratada deverá substituir em no máximo 05 (cinco) dias úteis, os cartões eletrônicos ou magnéticos que:
- 10.17.1. tenham perdido a validade;
  - 10.17.2. apresentarem defeito que impeça a sua utilização;
  - 10.17.3. e/ou tenham sido extraviados;
- 10.18. O sistema informatizado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha de cartões em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações proativas por parte da Administração;
- 10.19. Para implantação do sistema, não será permitida modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos, salvo com expressa e justificada autorização da Administração;
- 10.20. No caso de impossibilidade temporária de efetuar a transação em meio eletrônico, a rede credenciada deverá aceitar transações e processos de contingência para garantir a continuidade dos serviços contratados;
- 10.21. A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas por cada um dos veículos deverá ser automática;
- 10.22. A Contratada deverá capacitar e treinar os servidores indicados pela Contratante no que se refere à operação do sistema de gerenciamento, tanto na fase de implantação do sistema de gerenciamento e administração quanto ao longo do período do Contrato, de maneira a se obter maior eficiência e eficácia na utilização do sistema;
- 10.23. A Contratada deverá arcar com todas as despesas resultantes da implantação do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes, bem como dos equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela Contratada, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para a Administração sem qualquer ônus;
- 10.24. Os equipamentos e softwares de gerenciamento da frota devem permitir a parametrização de cartões e emissão de relatórios gerenciais de controle das despesas de abastecimento dos veículos da frota;
- 10.25. A operação, registro e tratamento das informações deverão ser efetuados eletronicamente, mediante o uso de equipamentos especiais de gravação e leitura de dados em cartões eletrônicos ou magnéticos;
- 10.26. A realocação dos limites dos cartões individuais deverá estar disponível em tempo real, através do próprio sistema ofertado pela Contratada;
- 10.27. Quando não for possível a realocação via sistema pela contratante, a Contratada deverá disponibilizar um canal direto por telefone para a realocação instantânea de limites dos cartões e indicar, de forma atualizada, o seu responsável pelo contrato a ser firmado com a Administração;
- 10.28. A rede de postos de combustível, disponibilizados pela Contratada, deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda;
- 10.29. Os estabelecimentos de abastecimento deverão prestar atendimento, de segunda a domingo, incluindo feriados, das 06:00 às 20:00. Além disso, deverá haver pelo menos 01 (um)

estabelecimento com atendimento contínuo e ininterrupto durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive feriados, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no atendimento;

10.30. Não será permitido abastecimento, em duplicidade, data, hora, local e quilometragem;

10.31. A partir do primeiro dia subsequente à instalação do sistema, deverá ser possível a realização de abastecimento por meio da rede credenciada;

10.32. O processo de implantação ou disponibilidade do Sistema pela Contratada compreende as seguintes atividades:

10.32.1. cadastramento de condutores e veículos;

10.32.2. definição da logística da rede de postos;

10.32.3. preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;

10.32.4. fornecimento à Administração dos dados cadastrais da rede de credenciada;

10.32.5. treinamento dos condutores e gestores para operação do sistema;

10.32.6. fornecimento dos cartões para os veículos informados pela Administração, que deverá ser efetuado até o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato e conforme a tecnologia adotada pelas licitantes, fornecimento de senha para cada condutor que estará vinculada a matrícula do servidor no órgão, para possibilitar os abastecimentos nos postos credenciados;

10.33. O prazo para treinamento de todos os gestores e usuários envolvidos na utilização do sistema proposto deverá ser de no máximo 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato;

10.34. As alimentações de dados no sistema (on-line) efetuados nos postos de abastecimento deverão ser realizadas simultaneamente à realização do serviço, ou seja, quando um veículo for abastecido, as informações correspondentes deverão estar disponíveis imediatamente no sistema informatizado;

10.35. O software de Gerenciamento e os cartões, disponibilizados pela Contratada, devem compreender:

10.35.1. registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via WEB, fornecendo informações tais como data, hora, serviço executado, litragem, preço, dentre outros, possibilitando assim o controle gerencial dos abastecimentos;

10.35.2. emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores e consumo específico por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados ou não conformidade;

10.35.3. parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos;

10.35.4. o fornecimento gratuito dos cartões eletrônicos ou magnéticos de cada veículo, equipamento automotivo e equipamento acoplado da frota atual;

10.35.5. cancelamento imediato do cartão, para os casos de perda, furto ou extravio;

10.35.6. identificação do condutor no momento do abastecimento através da senha pessoal;

10.35.7. quando a solução tecnológica adotada pela contratada, envolver equipamentos ou periféricos necessários à operação do sistema, os mesmos deverão ser disponibilizados sem qualquer ônus para a Administração.

10.36. A Contratada deverá disponibilizar no sistema as atualizações da rede de estabelecimentos de abastecimento;



10.37. Os cartões deverão, preferencialmente, efetuar transações on line, porém, deverão possuir tecnologia para também aceitar transações off-line nos casos onde a conexão do equipamento com o autorizador apresentar problema.

#### 11. **SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 12. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 13. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

13.1. O custo total estimado da contratação será conforme apresentado no item 3 do TR.

13.2. A forma de pagamento será feita parcelada conforme a emissão da ordem de fornecimento pelo setor demandante, após entrega dos serviços, conforme item 3 deste Termo de Referência.

13.3. Os custos inerentes ao investimento correrão por conta do orçamento vigente no exercício financeiro da sua execução e dentro da classificação institucional programática da SEDUC-PI.

#### 14. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021) 16.1**

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA ELETRÔNICA de licitação, conforme evidenciado anteriormente.

14.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;>);

e) Cadastro de Impedidos de Contratar - TCE-PI (<https://sistemas.tce.pi.gov.br/EmissaoDeCertidoes/consultarCertidao.xhtml>).

14.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 14.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 14.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 14.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF ou documentos por ele abrangidos.
- 14.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 14.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 14.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 15. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1. Para a habilitação no presente processo serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

### 15.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNEA, do IBGE.

i) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente.

#### 15.1.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1.2.1. A Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.1.2.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

15.1.2.3. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

15.1.2.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: Comprovação de desempenho de atividades compatíveis em características e quantidades com o objeto da licitação, correspondente a, no mínimo, 10% (DEZ por cento) do presente certame.

15.1.2.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

15.1.2.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

15.1.2.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### 15.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, [Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15](#):

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante  
AT= Ativo Total

d) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

e) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior ao percentual de 10%, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

g) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#)).

#### 15.1.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; (CNPJ)

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.1.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### 16. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação emergencial de serviços **de abastecimento** com disponibilização de recursos de tecnologia da informação, **visando o fornecimento de combustíveis e lubrificantes** a fim de garantir a continuidade operacional da frota de veículos da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, deve atender aos seguintes requisitos, de forma a garantir a legalidade, eficiência e continuidade das operações:

16.1.1. **Atendimento Imediato e Contínuo:** A empresa contratada deve ser capaz de iniciar o fornecimento de combustíveis e lubrificantes de forma imediata, garantindo que não haja interrupção na

operação da frota de veículos durante o período de vigência do contrato. Isso é essencial para assegurar o transporte regular de equipes e materiais pedagógicos, bem como a realização de fiscalizações em escolas e obras em todas as regiões do estado.

16.1.2. **Compatibilidade de Preços:** A proposta da contratada deve apresentar valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme exigido pelo art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Para isso, será realizada uma pesquisa de mercado que balizará a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, de acordo com os princípios de economicidade e transparência.

16.1.3. **Abrangência e Capilaridade:** A SEDUC é um órgão responsável pela gestão e acompanhamento de toda a rede Estadual de ensino, o que exige apoio técnico e operacional nos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios.

16.2. Para além, é disponibilizado suporte veicular a todas as 21 (vinte e uma) GRE's - Gerência Regional de Educação e Administração (GREA).

16.3. Em anexo, listagem com a comprovação da lotação de 179 (cento e setenta e nove) veículos que atualmente são contratados pela SEDUC, documento ID 015241056 , que contém a relação de veículos lotados na SEDUC-PI e demais GRE's.

16.4. Nesse sentido, é relevante pontuar a necessidade de exigir da contratada a apresentação de comprovação de rede credenciada nos principais municípios sede de GRE e/ou cidades polo educacional, como é o caso de: Teresina (GREAs 4ª, 18ª, 19ª, 20ª e 21ª); Piripiri (3ª GRE); Piracuruca; Parnaíba (1ª GRE); Floriano (10ª GRE); Oeiras (8ª GRE); Picos (9ª GRE); São Raimundo Nonato (13ª GRE); e Corrente (15ª GRE).

16.5. No município de Teresina, onde se concentra a maior parte da frota, é exigível o credenciamento mínimo de 50 (cinquenta) pontos de abastecimento para atender adequadamente à alta demanda. Para melhor distribuição da rede de abastecimento utiliza-se o MAPA DE DISTRIBUIÇÃO das Unidades Escolares por GRE e SEDUC e sua localização dentro do município de Teresina.

16.6. A fim de organizar a distribuição proporcional dos 50 (cinquenta) pontos de abastecimento que deverão ser credenciados, junta-se o documento de ID 015241209, onde constam os endereços das escolas estaduais de Teresina. Essa análise permite atender às necessidades logísticas das unidades escolares de forma equilibrada, garantindo eficiência e cobertura adequada em todas as regiões identificadas, conforme a quantidade de escolas por zona e GRE.

16.7. Em Teresina, as escolas estaduais estão distribuídas da seguinte forma por GRE:

- GRE 4: 59 escolas
- GRE 19: 49 escolas
- GRE 20: 37 escolas
- GRE 21: 34 escolas

16.8. Com base na quantidade de unidades escolares por zona e GRE, sugiro a distribuição dos 50 (cinquenta) pontos de abastecimento de forma a atender as unidades de maneira proporcional da seguinte forma:

- GRE 4: 15 postos
- GRE 19: 13 postos
- GRE 20: 11 postos
- GRE 21: 11 postos

16.9. A tabela a seguir apresenta a distribuição detalhada das escolas estaduais de Teresina por GRE e Zona, bem como a quantidade correspondente de postos de gasolina necessários para atender cada região.

GRE'S	ZONAS	QUANTIDADE DE UNIDADES ESCOLARES	QUANT. DE POSTOS
4ª	Centro	2	1
4ª	Centro Norte	51	12
4ª	Norte	5	1
4ª	Sul	1	1
		<b>TOTAL</b>	<b>15</b>
19ª	Centro	2	1
19ª	Centro Sul	2	1
19ª	Norte	14	3
19ª	Sul	31	8
		<b>TOTAL</b>	<b>13</b>
20ª	Leste	1	01
20ª	Nordeste	36	10
		<b>TOTAL</b>	<b>11</b>
21ª	Centro	1	0
21ª	Sudeste	29	10
21ª	Sul	3	01
21ª	Zona rural	1	0
		<b>TOTAL</b>	<b>11</b>

- **Garantia de Qualidade e Continuidade dos Serviços:** O contrato deve incluir cláusulas que assegurem a qualidade dos combustíveis e lubrificantes fornecidos, além de garantir que os serviços sejam prestados de maneira contínua e eficiente, mesmo em situações adversas que possam surgir durante a vigência contratual.
- **Margem de Segurança para Imprevistos:** A contratada deve prever uma margem adicional de 10% sobre a média mensal de consumo estimada, de forma a atender a possíveis variações no consumo e a eventos imprevistos, como alterações nas condições operacionais ou aumento no custo dos combustíveis. Tal possibilidade será abordada em tópico específico.

16.10. Esses requisitos visam garantir que a contratação emergencial atenda adequadamente às necessidades da SEDUC-PI, proporcionando a continuidade dos serviços essenciais e preservando o interesse público, em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

16.11. A presença de uma infraestrutura robusta de postos credenciados é vital para atender à intensa demanda de operações e assegurar a continuidade das atividades educacionais e logísticas da SEDUC-PI, evitando atrasos e interrupções nos serviços.

#### 17. DA POSSIBILIDADE DA MARGEM DE SEGURANÇA PARA IMPREVISTOS:

17.1. A contratação para abastecimento e lubrificação dos veículos da SEDUC-PI inclui uma margem de segurança de 10% sobre o consumo médio mensal, para garantir continuidade e eficiência no serviço, cobrindo variações e imprevistos, como aumento de custos de combustíveis ou picos de demanda. Essa margem foi calculada com base no consumo dos meses de junho a agosto de 2024, ajustada para novos veículos da frota, e visa evitar a necessidade de aditivos contratuais que possam causar atrasos e burocracia, assegurando serviços contínuos e essenciais.

#### 18. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

18.1. O valor estimado para a contratação é de **R\$ 5.247.788,32**, calculado com base no consumo médio de combustíveis nos meses de junho, julho e agosto de 2024, acrescido da previsão de uso dos novos veículos da frota. Incluiu-se uma margem de segurança de 10% para cobrir imprevistos, como variações operacionais ou aumento nos preços dos combustíveis, garantindo a continuidade e qualidade do serviço sem a necessidade de aditivos contratuais.

**19. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

19.1. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência da dispensa de licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura ou até a finalização de procedimento licitatório a ser instaurado pela Secretaria de Administração Estadual, o que vier primeiro, nos termos do art. 75, § 6º da Lei 14.133/2021.

**20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

20.1. Garantir o fornecimento contínuo e adequado dos combustíveis e lubrificantes especificados, nas quantidades e qualidades pactuadas, durante todo o período de vigência do contrato. A empresa deverá assegurar que todos os produtos atendam aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e às demais normas técnicas e ambientais aplicáveis

20.2. Disponibilizar um sistema informatizado de abastecimento online que possibilite o controle em tempo real de todas as operações, atendendo às exigências de segurança e acessibilidade. O sistema deve permitir o registro detalhado de cada abastecimento, incluindo:

- Identificação dos veículos e condutores autorizados.
- Data, hora e quantidade de combustível fornecida.
- Emissão de relatórios periódicos e personalizados sobre o consumo.

20.3. Oferecer treinamento inicial aos funcionários designados pela contratante para o uso do sistema informatizado, além de garantir suporte técnico contínuo, incluindo:

- Orientação para o correto uso do sistema.
- Atendimento a dúvidas e resolução de problemas técnicos no menor tempo possível, assegurando a continuidade do serviço.
- Disponibilidade de assistência técnica remota ou presencial, conforme a necessidade.

20.4. Monitorar continuamente a qualidade dos combustíveis e lubrificantes fornecidos, tomando as medidas necessárias para garantir que estejam em conformidade com os padrões exigidos pela legislação. Em caso de inconformidade, a contratada deverá substituí-los sem custos adicionais e corrigir eventuais problemas que comprometam a segurança ou a eficiência dos produtos.

20.5. Manter sob sigilo todas as informações acessadas ou geradas durante a execução do contrato, inclusive dados referentes ao abastecimento e ao consumo dos veículos da contratante. A contratada deverá seguir as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) para assegurar que as informações sejam tratadas de forma segura e restrita ao objetivo contratual.

20.6. Emitir relatórios mensais ou conforme solicitação, contendo informações detalhadas sobre o consumo de combustíveis e lubrificantes, histórico de abastecimento e outros indicadores de desempenho relevantes para a contratante. Esses relatórios devem ser enviados dentro do prazo acordado, facilitando a gestão e a fiscalização do contrato pela contratante.

20.7. A contratada será responsável por quaisquer danos causados à contratante ou a terceiros, decorrentes de suas ações ou omissões, seja por falhas no sistema de abastecimento, produtos fornecidos inadequados, ou qualquer outra circunstância que comprometa a execução dos serviços. A contratada deverá assumir os custos de reparação ou substituição, sem ônus adicional para a contratante.

20.8. Observar todas as disposições legais, regulamentares e administrativas vigentes e aplicáveis aos serviços prestados, incluindo as normas ambientais e de segurança do trabalho, garantindo que todas as atividades estejam de acordo com a legislação e com as melhores práticas do mercado.

20.9. Colaborar plenamente com a fiscalização realizada pela contratante, permitindo o acesso ao sistema informatizado e fornecendo todos os documentos e informações necessárias para a auditoria e verificação dos serviços prestados. A contratada deverá garantir o cumprimento das condições contratuais, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

- 20.10. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na forma da legislação.
- 20.11. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto contratado;
- 20.12. Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- 20.14. Comunicar a SEDUC-PI, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que atrase e/ou prejudique a prestação do serviço.
- 20.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 20.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 20.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 20.18. Retirar a nota de empenho quando notificado, (ou documento equivalente) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

20.19. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

21.1. **A CONTRATANTE**, durante a vigência do respectivo Contrato, compromete-se a:

- 21.1.1. Proporcionar todas as facilidades para a CONTRATADA executar o fornecimento do objeto do presente Termo de Referência.
- 21.1.2. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto do instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência;
- 21.1.3. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;
- 21.1.4. Proceder consulta “online” a fim de verificar a situação cadastral da CONTRATADA no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária;
- 21.1.5. Efetuar o pagamento quando da sua contratação, os prazos e as condições estipuladas neste TR.
- 21.1.6. Promover por meio de servidor (es) especialmente designado, o acompanhamento e a fiscalização do contrato sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dando aceite observando o detalhamento contido neste TR ou devolvendo para substituição, os que porventura não atenderem as descrições e especificações exigidas, sem ônus para a CONTRATANTE.



- 21.1.7. Fornecer ao contratado todas as informações relacionadas com o objeto conforme descrições e especificações deste TR;
- 21.1.8. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à entrega/execução do objeto, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
- 21.1.9. Promover o gerenciamento do Contrato, efetuando as necessárias atualizações;
- 21.1.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 21.1.11. Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para figurar caso fortuito ou de força maior, dando, por escrito, razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data do recebimento dos documentos de comprovação;
- 21.1.12. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/ servidor especialmente designado, conforme Decreto nº 15.093 de 21 de fevereiro de 2013.

## 22. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.0.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

### **iv) Multa:**

(1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

22.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º Lei n. 14.133) 22.4.

22.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º Lei n. 14.133).

22.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 Lei n. 14.133) 22.6.

22.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º Lei n. 14.133).

22.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º Lei n. 14.133):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

22.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n. 14.133).

22.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161da Lei n. 14.133).

22.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 23. **CONFIDENCIALIDADE**

23.1. A CONTRATADA compromete-se a manter em caráter confidencial, mesmo após a eventual rescisão do contrato, todas as informações relativas à:

23.1.1. Qualquer informação do CONTRATANTE que venha tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.

23.1.2. A CONTRATADA deverá concordar e assinar Termo de Confidencialidade e Sigilo da Contratante, entregando o Termo assinado pelo representante legal da empresa.

## 24. **GARANTIA**

### 24.1. **Garantia de proposta**

24.1.1. Será exigido o recolhimento de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação nos termos do [artigo 58 da Lei nº 14.133, de 2021](#) que poderá ser prestada na forma do [§1º do art. 96 da mesma Lei](#).

24.1.2. Essa exigência tem o objetivo de garantir a seriedade das propostas apresentadas e assegurar que as empresas participantes do certame estejam comprometidas com o processo, evitando, assim, a apresentação de propostas inexequíveis ou desinteressadas.

### 24.2. **Garantia de Execução do Contrato**

24.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, uma garantia de execução correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, conforme o disposto no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

24.2.2. A exigência de garantia de execução tem como objetivo proteger a Administração Pública de possíveis inadimplementos da contratada durante a execução do contrato, assegurando o cumprimento integral das obrigações pactuadas.

24.2.3. A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 96, possibilita a solicitação dessa garantia, que serve como uma medida preventiva, conferindo mais segurança jurídica ao processo de contratação.

## 25. **DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

25.1. Conforme previsto no art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, esta contratação é dispensada de licitação, uma vez que se enquadra nos critérios de excepcionalidade para fornecimento de bens e serviços essenciais que garantam a continuidade das atividades administrativas. A escolha da contratada foi embasada na capacidade de atender as exigências técnicas e de qualidade necessárias para o fornecimento de combustíveis e lubrificantes via sistema informatizado, garantindo eficiência e controle.

## 26. **DO JULGAMENTO**

26.1. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o julgamento das propostas para contratação de empresa fornecedora de combustíveis e lubrificantes será realizado com base nos seguintes critérios:

26.1.1. O critério de julgamento será o maior desconto na taxa de administração. A taxa de administração da rede credenciada não pode exceder a 5% (cinco por cento).

26.1.2. Apresentar rede credenciada mínima de 40% (quarenta por cento) dos municípios do Piauí com obrigatoriedade de constar os municípios de Teresina, Píripiri, Piracuruca, Parnaíba, Floriano, Oeiras, Picos, São Raimundo Nonato e Corrente. Em Teresina, necessariamente, deve constar pelo menos 50 postos credenciados observado o disposto no item 09 deste Termo de Referência.

## 27. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

27.1. A contratação para o fornecimento de combustíveis e lubrificantes deverá seguir critérios de sustentabilidade que incentivem práticas ambientalmente responsáveis e contribuam para o desenvolvimento sustentável, conforme estabelecido pelo art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Abaixo estão os critérios que serão considerados:

27.1.1. A contratada deverá priorizar o fornecimento de combustíveis com menores índices de poluição e aditivos que reduzam a emissão de poluentes, de acordo com as regulamentações ambientais e padrões da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Produtos que atendam a padrões de sustentabilidade e baixa emissão de carbono terão preferência, incentivando o uso de insumos que minimizem os impactos ambientais.

27.1.2. A contratada será responsável pelo descarte adequado dos resíduos gerados, especialmente de óleos lubrificantes, segundo as normas ambientais vigentes. O descarte deverá ser realizado em conformidade com as normas técnicas e licenciamento ambiental, reduzindo riscos de contaminação do solo e dos recursos hídricos. A empresa deve apresentar comprovantes de destino final ambientalmente adequado para todos os resíduos.

27.1.3. A empresa contratada deverá implementar medidas que minimizem as emissões de carbono, contribuindo para uma operação mais limpa e sustentável. Isso poderá incluir a utilização de tecnologias mais eficientes nos postos de abastecimento ou adesão a programas de compensação de carbono, com o objetivo de reduzir o impacto ambiental no fornecimento de combustíveis.

27.1.4. O sistema informatizado de abastecimento deverá ser projetado para operar de forma totalmente digital, minimizando o uso de papel para registros, relatórios e controle de consumo. Relatórios e demais documentos deverão ser disponibilizados em formato eletrônico, contribuindo para a sustentabilidade e redução de resíduos.

27.1.5. A contratada deverá adotar práticas sustentáveis em sua operação, incluindo:

- Uso eficiente de recursos naturais, como água e energia, nos processos internos.
- Capacitação e sensibilização de colaboradores sobre práticas ambientais e políticas de redução de resíduos.
- Comprometimento com programas de sustentabilidade corporativa, que promovam responsabilidade social e ambiental.

27.1.6. Será valorizado o fornecimento de produtos e serviços por empresas que possuam certificações ambientais reconhecidas, como ISO 14001 ou outras certificações equivalentes. Essas certificações demonstram o compromisso da contratada com a gestão ambiental e a adoção de boas práticas sustentáveis.

27.1.7. Nos casos de empate entre propostas, será dada preferência à empresa que apresente práticas mais sustentáveis comprovadas, de acordo com o art. 60 da Lei nº 14.133/2021. Isso poderá incluir maior comprometimento com a compensação de carbono, maior uso de combustíveis de fontes renováveis, ou outras práticas que reduzam o impacto ambiental.

27.1.8. A contratada deverá fornecer relatórios periódicos sobre as práticas de sustentabilidade adotadas, incluindo os resultados das medidas de redução de impacto ambiental. Esse monitoramento permitirá à contratante avaliar o compromisso com a sustentabilidade e assegurar que os critérios estabelecidos estejam sendo cumpridos.

## 28. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 5.247.788,32 (cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil setecentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos)**, obtido com base nos procedimentos técnico-operacionais para a realização de pesquisa de preços, conforme art. 4º da Instrução Normativa n. 001/2021 da CGE/PI.

28.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado do Piauí.

28.3. A natureza da despesa será no código xxxxx, aquisição de material permanente, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9º edição, novembro/2021, Tesouro Nacional.

Teresina, novembro de 2024.

MADERSON AMORIM DANTAS DA SILVA -  
**Diretor UNAD**

MARCELO NOGUEIRA DA ROCHA -  
**Coordenação de Frota e Veículos - CFV**

**De Acordo:**  
Rodrigo Torres de Araújo Lima  
**Superintendente**  
**Superintendência Executiva - SUPEX**

**Autorizo, na forma da Lei.**  
Francisco Washington Bandeira Santos Filho  
**Secretário de Estado da Educação**  
**Secretaria da Educação do Estado do Piauí - SEDUC-PI**

*(Assinatura Eletrônica)*



Documento assinado eletronicamente por **MADERSON AMORIM DANTAS DA SILVA - Matr.3451104, Diretor Administrativo**, em 12/12/2024, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO NOGUEIRA DA ROCHA - Matr., Coordenador**, em 12/12/2024, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **015835939** e o código CRC **20127C88**.